

## **Lutas operárias no Porto na segunda metade do século XX. Teresa Medina, Natércia Pacheco, João Caramelo**

Assistimos hoje a diversas iniciativas visando o apagamento da memória do que representou o fascismo e do significado das profundas transformações na sociedade portuguesa ocorridas com o 25 de Abril. Resgatar memórias de intervenientes activos nas lutas sociais torna-se assim particularmente importante. Reflectir sobre elas a partir de diferentes perspectivas e ângulos de análise (histórico, social, político, económico, educativo...) constitui um meio de lembrar e equacionar um passado mais ou menos próximo, mas também uma interpelação do presente participando na construção do futuro.

A preocupação com o acesso e preservação da informação não se pode limitar aos documentos escritos, surgindo, cada vez mais, como particularmente relevante a necessidade de registar, centralizar e preservar testemunhos e narrativas de trabalhadores que dêem conta das suas condições de vida, de trabalho, de existência e das lutas em que se envolveram.

Estas narrativas introduzem novas versões dos acontecimentos históricos e perspectivas mais abrangentes, permitindo entender como os diversos momentos da história foram representados pelo imaginário social de uma época e como foram vividos e suportados os factos sociais que a história oficial tende a descrever de forma mais concisa. Como afirma Paul Thompson, “toda a história depende, basicamente, da sua finalidade social”, podendo a história oral “ser um meio para transformar tanto o conteúdo como a finalidade da história [...] e devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante as suas próprias palavras”<sup>1</sup>.

Consciente da importância da recolha e preservação de testemunhos de protagonistas das lutas sociais ocorridas no Porto, a Universidade Popular do Porto criou, em 2001, o CDI – Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto (<http://cdi.upp.pt>), constituindo, desde então, um acervo de histórias de vida que tem sido acrescentado e objecto de estudo por diferentes projectos de investigação, de que salientamos o projecto “Memórias do trabalho – processos de construção de uma identidade operária no Porto”<sup>2</sup>.

Desde a criação do CDI foram já realizadas dezenas de entrevistas, as quais foram sentidas, por muitos dos entrevistados, preocupados em manter viva uma memória do Porto que não omita os trabalhadores e as lutas sociais, como “uma ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhar, fazer-se ouvir, levar a sua experiência da esfera privada para a esfera pública; uma ocasião também de se explicar, no sentido mais completo do termo, isto é, de construir o seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo, a partir do qual eles se vêem a si mesmos e o mundo e se tornam compreensíveis, justificados, e para eles mesmos em primeiro lugar”<sup>3</sup>.

Estas narrativas mostram como “a memória de um pode ser a memória de muitos,

---

<sup>1</sup> Paul Thompson. *A Voz do Passado. História Oral*, S. Paulo, Paz e Terra, 2002, pp. 20-22.

<sup>2</sup> Este projecto foi desenvolvido pelo CIIE/FPCEUP, tendo como entidades parceiras a própria UPP e o LIACC, com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

<sup>3</sup> Pierre Bourdieu (Coord.), 1997, *A Miséria do Mundo*, Petrópolis, Vozes, p. 704.

possibilitando a evidência de factos colectivos”<sup>1</sup>, constituindo-se como um importante contributo para a reconstrução e reinterpretação do passado e do presente, e para, “a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário”<sup>2</sup>, dar à história outros sentidos.

Uma história construída a partir dos discursos e das subjectividades de quem viveu situações únicas, mas permanentemente cruzadas com as vivências de muitos outros, de quem foi protagonista em muitos dos acontecimentos de que fala e que tiveram uma grande importância nos processos de transformação social e política ocorridos nas últimas décadas, permitindo-nos traçar “quadros” que vão muito para além dos documentos escritos a que normalmente temos acesso e a partir dos quais se tende a construir a história.

A forma como estas pessoas contam e analisam os seus percursos de vida, atribuindo explicitamente significados às suas experiências, a riqueza humana dos seus testemunhos, permitem perceber as suas histórias, únicas e muito pessoais, mas ao mesmo tempo sociais e colectivas, trazendo-nos um importante retrato social da vida de muitas famílias operárias no Porto, ao longo do século XX e dando-nos acesso à relação entre as biografias individuais e as características globais da situação histórica “datada e vivida”<sup>3</sup>.

Viver o fascismo – as lutas pela sobrevivência, pela dignidade, pela liberdade

Através das vozes de trabalhadores que nasceram, passaram a infância e a adolescência e entraram no mundo do trabalho em pleno salazarismo, chega-nos um quotidiano de muitas famílias operárias nesse período da história portuguesa, permitindo lembrar realidades sociais que tornavam a vida diária uma luta constante pela sobrevivência e pela dignidade e que hoje tendem a ser, consciente ou inconscientemente, esquecidas, mi(s)tificadas, ou ainda estranhamente naturalizadas.

### **Ó mãe, não acredito!**

Há memórias que eles (os filhos) não acreditam. Que eu trabalhasse, passasse fome, [...]. Então esta minha mais nova não acredita, mesmo. [...] A gente não tinha cinco tostões para comprar um pão, [...] eu conto-lhe muitas vezes, “Olha, vê esta rua, a mãe andou por aqui a pedir”. E ela diz: “Ó mãe, não acredito!” “Eu não acredito”. E é um bocado complicado. [...] Era horrível. Era horrível. Havia muitas dificuldades (Amália Andrade).

Os seus testemunhos trazem-nos igualmente as condições de trabalho a que, então, estavam sujeitos nas fábricas. Condições que não eram dissociáveis do processo de industrialização em Portugal, da expansão das relações de produção capitalistas, das características das diferentes empresas e sectores profissionais e do modelo de organização do trabalho, progressivamente taylorista e reflectindo uma estrutura industrial pouco evoluída e baseada na exploração intensiva de mão-de-obra barata. Tais

---

1 Paul Thompson, *A Voz do Passado. História Oral*, S. Paulo, Paz e Terra, p. 17.

2 Ibidem, 2002, p. 19.

3 Franco Ferraroti, *Histoire e Histoires de Vie – la méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris, Lib. des Méridiens, 1983, p. 41.

condições integravam-se no quadro político mais geral que então se vivia, marcado pela falta de liberdades, pela ausência de direitos, designadamente o direito à greve e à livre organização sindical, pela existência da PIDE e de uma forte repressão sobre qualquer tipo de oposição ao regime ou movimentação dos trabalhadores.

A organização e as condições de trabalho, bem como a multiplicidade de relações que se estabeleciam no interior das fábricas acabavam por criar, simultaneamente, as condições para a interiorização, naturalização, aceitação passiva e reprodução das desigualdades e das brutais formas de exploração existentes, mas também para o seu questionamento e para o desenvolvimento de processos reivindicativos e de formas de oposição e de resistência diferenciadas, favorecendo o desenvolvimento de diferentes identidades operárias que, no dia-a-dia, se manifestavam de formas diversas.

Importantes sectores de trabalhadores, entre os quais muitos cujas narrativas temos vindo a mobilizar, foram desenvolvendo, no interior das empresas, em diferentes organizações e movimentos, a capacidade de perceberem a exploração a que estavam sujeitos e de a questionar, deixando de olhar as desigualdades como algo de natural e inevitável. Neste processo, desenvolviam uma consciência operária, enquanto consciência de classe, construindo-se como trabalhadores “militantes” e assumindo uma participação activa na organização e dinamização das lutas nas empresas.

Só no distrito do Porto, entre 1960 e o 25 de Abril de 1974, de acordo com a cronologia elaborada pela Universidade Popular do Porto, no âmbito do CDI, e num levantamento não exaustivo, tiveram lugar mais de 170 processos de luta, em diversas empresas e sectores profissionais, envolvendo milhares de trabalhadores. Concentrações, abaixo-assinados, recusa em fazer horas extraordinárias, pequenas paralisações, greves de zelo e greves com paralisação total do trabalho (mais de 80 no período de tempo indicado), acções de solidariedade com outros trabalhadores em luta são exemplos do tipo de movimentações realizadas. As principais reivindicações apresentadas passavam pelo aumento de salários, por melhores condições de trabalho, pelo direito à semana inglesa (nos têxteis), contra o trabalho nocturno e o regime de empreitadas (nas conservas), pela revisão dos contratos colectivos, pela reintegração de trabalhadores despedidos, pelo pagamento de salários em atraso, contra o encerramento de empresas, pela liberdade sindical.

Diversos entrevistados abordam o papel desenvolvido por várias organizações e movimentos de oposição, capazes de unir na acção sectores antifascistas que se opunham ao regime e que desenvolveram, também no Porto, em condições muito difíceis, a luta pela liberdade e a democracia, pelo direito à greve e à liberdade de expressão, de reunião e de manifestação, pela libertação dos presos políticos, contra a repressão e a PIDE, pela igualdade de direitos da mulher, contra a guerra colonial, contra a censura, pela democratização do ensino, contra o aumento do custo de vida (de que se destaca, até pelo número de testemunhos que a referem, uma manifestação no dia 15 de Abril de 1972, no Porto, com mais de 40 mil participantes).

Para muitos trabalhadores assumiu um significado particular a luta pela liberdade sindical e pela conquista das direcções dos sindicatos corporativos, com realce para sectores como os metalúrgicos, os têxteis, os bancários e os seguros.

A luta travada por metalúrgicos do Porto pela conquista da direcção do sindicato, entre 1969 e 1970 (no período da chamada “abertura” marcelista), precisa de ser recordada, sendo bem elucidativa das restrições e limitações à actividade sindical, das acções intimidatórias da PIDE, das dificuldades em conseguir eleger e garantir a tomada de posse de dirigentes que não fossem da confiança do regime, mas também da capacidade de mobilização dos trabalhadores, das estratégias de luta desenvolvidas e da

capacidade de integração de lutas sectoriais na luta política mais geral.

Essa capacidade de mobilização articulava-se com a existência de núcleos organizados, em situação de clandestinidade ou semi-clandestinidade, como o “Grupo de Operários Metalúrgicos”, envolvendo operários de diferentes empresas metalúrgicas, ou a “Comissão Sócio-Profissional de Trabalhadores do Porto”<sup>1</sup> e um conjunto muito diversificado de lutas que vinham a ser travadas em muitas empresas.

### **Aquilo também não aparece por acaso**

“Há um movimento que foi aproveitado para agregar gente que já participava nessas discussões, nesta fábrica, naquela outra, e também havia lutas nas empresas. [...] Na antiga Fábrica Leão, na Oliveira e Ferreirinha, na Mário Navega, na própria Eduardo Ferreirinha, porque aquilo também não aparece por acaso; o contrato, a proposta de alterações do grupo de trabalhadores aparece acompanhado de uma movimentação mais larga nas empresas: de reclamações, de reivindicações” (Vitor Ranita).

Aliás, só uma grande capacidade de articulação de formas de acção legais, semi-legais e ilegais, uma forte ligação de diversos activistas às empresas e o envolvimento de muitos trabalhadores permitiu que a direcção eleita viesse efectivamente a tomar posse, tornando-se este processo um marco nas lutas operárias do Porto.

A conquista da direcção veio introduzir novas formas, métodos, dinâmicas e objectivos de trabalho no sindicato. A atenção dada a cada questão permitia perceber melhor como muitos dos problemas que se colocavam a cada trabalhador eram problemas colectivos, só resolúveis no quadro de uma grande mobilização e intervenção conjunta. O sindicato começou, então, a realizar reuniões à porta das empresas (muitas delas interrompidas pela polícia), a editar e distribuir comunicados, a recolher abaixo-assinados, a criar uma rede de delegados sindicais.

### **Onde se dá o movimento de massas imparável ...**

Onde se dá o movimento de massas imparável é após a conquista do sindicato. Isso foi uma coisa! Reuniões aí à porta das empresas, com a polícia presente, a GNR a intervir – “O que é que vocês estão aqui a fazer? Que reunião é esta?” –, com malta a ouvir... e acompanhado de uma coisa que na altura foi uma inovação que foi a criação dos delegados sindicais de empresa. [...] E com reuniões, assembleias gerais frequentes, bastante participadas, isso foi uma dinâmica... (Vitor Ranita)

Pelo número de trabalhadores que reuniram, pela forma entusiástica como decorreram, apesar da permanente presença intimidatória da polícia e da PIDE, as assembleias gerais e concentrações então realizadas são reveladoras da forte influência do sindicato e da sua capacidade de mobilização para a luta de importantes sectores que ganharam assim uma nova consciência do seu papel social. Todo o trabalho desenvolvido, as lutas que simultaneamente foram realizadas em muitas empresas (Oliveira & Ferreirinha, Mário Navega, Fábrica do Cobre, Sonafi, Alumínia, Esmaltal, Fábrica Leão, EFACEC, entre outras), o contexto político que então se vivia, criaram as condições para, em plena ditadura, impor conquistas significativas no contrato de trabalho aprovado em 1972,

---

<sup>1</sup> Criada no âmbito do movimento democrático, da Comissão Democrática do Porto, por alturas das eleições de 1969, e envolvendo trabalhadores de diferentes sectores profissionais.

designadamente a igualização do salário para homens e mulheres. Todos estes processos de luta contribuíram significativamente para que o 25 de Abril acontecesse, marcando uma nova etapa na vida dos Portugueses.

### **O 25 de Abril – viver a revolução**

O 25 de Abril foi um período particularmente significativo para quantos o vivenciaram. Foi a concretização, quase imediata, de um conjunto importante de objectivos pelos quais muitos se tinham batido: o fim da ditadura, a conquista da liberdade, a extinção da PIDE, o fim da guerra, o direito de reunião, de associação, de expressão e de manifestação, o direito à greve e à liberdade sindical.

### **O 25 de Abril foi a coisa mais importante que eu tive na minha vida**

O 25 de Abril foi a coisa mais importante que eu tive na minha vida, foi as pessoas poderem pôr tudo a nu, poderem dizer “as batatas estão caras” e não serem presas; porque, antes, não era possível (Manuel Barra).

Foi, contam-nos estes relatos, um tempo inesquecível que se traduziu na afirmação de cada um como construtor da história, no exercício real de uma democracia participativa, numa profunda melhoria das condições de vida e de trabalho dos Portugueses. Um tempo que consideram importante relembrar, particularmente num contexto, como o actual, em que diversos direitos e conquistas então alcançados foram ou estão a ser postos em causa.

### **Foi uma bomba que estourou no coração das pessoas**

É difícil expressar aqui a alegria, a emoção tão grande que tive [quando surge a grande chama da liberdade, o 25 de Abril, de que me orgulho de ter participado para que acontecesse, através da luta] de poder dizer “chegou o dia de acabar com esta canalha, chegou o dia de partirmos para a nossa vida, porque até aí era uma vida determinada por outros; a partir de agora temos a possibilidade de dizer: eu sei o que quero da minha vida e é agora que eu vou fazer a minha vida”. Foi uma coisa espantosa. Foi uma bomba que estourou no coração das pessoas de tal ordem que não consigo traduzir o calor de muita gente, aquele contentamento, aquela alegria (Manuel Barra).

O período revolucionário foi marcado por uma forte participação popular, vivida intensamente por milhares de pessoas que se multiplicaram na intervenção nas mais diversas instâncias e estruturas, que por todo o lado se constituíram, abrindo-se uma época de profundas transformações na sociedade portuguesa e, em particular, no mundo do trabalho. A consciência “meio adormecida” das injustiças e desigualdades despertou por todo o lado, levando muitos trabalhadores e trabalhadoras a assumirem-se como sujeitos de direitos, com direito a ter direitos, com direito à dignidade e a uma vida melhor. Produzem-se alterações profundas e significativas na forma como as pessoas passam a ver e a sentir a realidade que as cercava e a si próprias, reconhecendo o seu papel na transformação social e sentindo-se com vontade, força e poder para impor a mudança no seu quotidiano.

### **Nós queremos papel higiénico para a casa de banho**

Dá-se o 25 de Abril e aí sim, a consciência, meio adormecida, que cada um de nós

tinha das desigualdades, de facto foi a explosão completa (...). Havia tantas coisas para a gente dizer: nós queremos isto, nós queremos aquilo, que hoje, 31 anos depois, a gente diz assim, mas eram tão ridículas aquelas coisas que a gente estava a exigir. Sabes qual foi uma das primeiras reivindicações (na fábrica)? A exigência de papel higiénico para a casa de banho. Nós queremos papel higiénico para a casa de banho. E a ideia de nós estarmos a dizer isto, não é, e eles a dizerem que sim a tudo. [...] Enfim, uma série de alterações substanciais que ali se dão, que não sei se melhoram a nossa vida, mas melhoram com certeza as nossas condições de trabalho (Palmira Peixoto).

A vontade de participar e a consciência da importância e da utilidade dessa participação levou à intervenção activa de muitos na vida política e social, na criação e dinamização de novas formas de organização social, na tomada dos sindicatos corporativos e na constituição de novos sindicatos, na formação de comissões de moradores e de associações populares, em partidos políticos, na organização e na direcção de diferentes estruturas. A partir da acção concreta, na relação com os outros, na procura das melhores soluções para a enorme quantidade de questões a que havia que dar resposta, sentindo que nada era impossível, foram muitos os que aprenderam a participar participando, desenvolvendo novas formas de exercício do poder, formando-se e transformando-se enquanto se assumiam como autores das profundas mudanças que se operavam.

Tal como em muitas outras regiões, gerou-se no Porto uma forte dinâmica de intervenção em torno dos sindicatos, com o afastamento das antigas direcções e com a criação de novos sindicatos (casos da função pública, professores e pescadores, por exemplo). Nos mais diversos sectores profissionais realizaram-se assembleias, amplamente participadas, com vista à criação ou reestruturação dos sindicatos, sentidos agora como estruturas nas quais era necessário e valia a pena intervir. Num processo amplamente participado, foram milhares os que, pela primeira vez, se assumiram como actores e autores sociais<sup>1</sup>, participaram em reuniões, usaram da palavra, discutiram formas de organização, decidiram lutas, votaram, elegeram representantes, foram eleitos, dirigiram sindicatos. Exercendo desde logo a liberdade sindical, e sem esperar pela publicação da legislação que a iria regulamentar (que só em 1975 viria a ser aprovada<sup>2</sup>), os trabalhadores foram dando corpo aos seus sindicatos, tornando-os uma força incontornável nas lutas políticas então travadas.

### **Era uma coisa impressionante, impressionante...**

A assembleia constituinte do sindicato (dos Trabalhadores da Função Pública do Norte) foi uma coisa, quatro mil e quinhentas pessoas, é uma coisa, quatro mil e quinhentos certos, não é ...; [...] é uma coisa absolutamente louca [...]. Era uma coisa impressionante, impressionante (Vieira Mendes).

Num período de forte mobilização e de grande crescimento dos sindicatos, foram muitas as reivindicações apresentadas e as lutas travadas em empresas e sectores profissionais, tendo sido conquistados múltiplos direitos sociais, políticos e laborais. Organizados

---

<sup>1</sup> Jacques Ardoino, *L'Approche pluriréférentielle (plurielle) des situations éducatives et formatives*, 1933 in <http://www.barbier-rd.nom.fr/ApprMultRefJA.html> (consultado em 26/11/2004).

<sup>2</sup> Dec. Lei 215-B/75, de 30 de Abril.

através dos sindicatos ou auto-organizando-se nas empresas, os trabalhadores elaboraram e apresentaram cadernos reivindicativos, exigiram a melhoria das condições de trabalho e o direito a um trabalho com direitos e com dignidade, o aumento de salários, a fixação do salário mínimo, o pagamento ao mês, o direito a um mês de férias pagas e ao 13.º mês, a redução do horário de trabalho.

Num quadro em que a correlação de forças claramente se tinha alterado a favor dos trabalhadores, foi possível, em muitas situações, ver os resultados da luta e sentir transformações radicais nas condições de trabalho e de vida que elas proporcionaram.

### **A força que lhes advinha de ninguém ser reprimido por ser livre**

Passámos aquele período, que foi um período muito rico e muito trabalhoso. Muito rico porque os trabalhadores sentiram a força que lhes advinha de ninguém ser reprimido por ser livre, ninguém ser despedido por ser livre, ninguém ser pressionado por fazer greve, ninguém ser pressionado por fazer a ocupação de uma fábrica; se o patrão fugia para aqui ou para acolá, os trabalhadores ocupavam imediatamente a fábrica para defenderem os postos de trabalho e também defenderem o património que lá tinham (M.<sup>a</sup> Emília Reis).

O 25 de Abril traduziu-se, objectivamente, na melhoria das condições de vida e de trabalho para milhões de portugueses, que viram, pela primeira vez, ser reconhecidos e consagrados uma multiplicidade de direitos que traduziam um grande avanço do ponto de vista laboral e social. Uma das medidas que importa salientar, pelo seu significado e pelas consequências imediatas que teve na vida de muitas famílias, também no Porto, foi a aprovação, logo em Maio de 1974, do salário mínimo nacional para a indústria e serviços<sup>1</sup>, no valor inicial de 3300\$00, que foi beneficiar cerca de 50% dos trabalhadores e cerca de 78,8% das mulheres trabalhadoras.

### **A primeira vez que eu tenho uma nota de quinhentos escudos na minha mão que é minha ...**

Nunca mais me esqueço que, após o 25 de Abril, quando o salário mínimo é instituído e a gente passa a receber ao mês, três contos e trezentos, a minha mãe disse, com uns olhos assim com uma alegria incrível – é a primeira vez que eu tenho uma nota de quinhentos escudos na minha mão que é minha, e aquilo foi uma coisa para ela, como quem diz, de facto, valeu a pena estes anos todos porque eu acho que agora a gente muda de vida mesmo (Palmira Peixoto).

Logo em 1974 foi aprovado o aumento do abono de família, foram estabelecidos os valores mínimos das pensões de reforma e invalidez (metade do salário mínimo) e foi criada uma pensão social para os maiores de 65 anos. Em 1975 criou-se o subsídio de desemprego, generalizou-se o direito a férias (mínimo de 15 dias e um máximo de 30) e o subsídio de férias (equivalente ao salário), proibiram-se os despedimentos sem justa causa e foram adoptadas medidas de protecção na maternidade.

Significativas deste período são também as alterações profundas no papel desempenhado pelas mulheres, destacando-se a sua acção em todas as frentes de intervenção. Nas ruas, nas comissões de moradores e associações populares, nas

---

<sup>1</sup> Para as empresas com mais de cinco trabalhadores.

empresas e sindicatos, nas autarquias, foram milhares as que marcaram presença e que assumiram a condução e direcção das mais diversas iniciativas.

### **Comecei a ser livre**

(com a ida para o sindicato) modifiquei em muito a minha maneira de ser; modifiquei-me porque comecei a ser mais livre; independentemente de eu me dar bem com o meu marido, mas era sempre o homem e a mulher. Isso foi um ponto fundamental, comecei a ser livre. Aliás, no primeiro ano que fui para a direcção do sindicato, era só eu de mulher [...] Mas é engraçado porque a libertação era tanta que eu já lidava com aqueles doze homens e eu sozinha de mulher que achava que eu tinha o mesmo direito que eles, e tenho, mas foi muito rápido, foi muito rápido e foi óptimo. [...] isto em relação à libertação (Amália Andrade).

### *A institucionalização do regime democrático*

A entrada no chamado período da “normalização”, a partir da institucionalização do regime democrático, significa o início de um novo período na história social e política portuguesa, marcado pela inflexão do processo revolucionário, por um conjunto significativo de transformações no mundo do trabalho e pela aprovação de legislação diversa que, em muitos aspectos, se irá opor a algumas das conquistas alcançadas no período anterior.

Se até então a maior parte das palavras de ordem e as reivindicações tinham sido de natureza ofensiva, em torno da conquista de direitos, neste período e até aos dias de hoje, as palavras de ordem passaram a ser fundamentalmente de natureza defensiva, contra as medidas que estavam a ser tomadas. Tratava-se então de impedir que os direitos conquistados com o 25 de Abril fossem novamente perdidos.

A nova conjuntura política e a alteração da correlação de forças, deixando o poder de estar do lado dos trabalhadores, os processos de divisão no movimento sindical, provocando diversas rupturas, criaram as condições para que em diversas empresas a actividade dos sindicatos ligados à CGTP fosse reprimida, tendo sido muitos os activistas, delegados e dirigentes sindicais castigados, suspensos ou despedidos. A repressão ao movimento sindical e aos seus activistas atingiu, em determinadas empresas da região, formas de extrema violência (casos da Ameal, Silva e Sistelo, Alumínia, entre outras). Os acontecimentos do 1.º de Maio de 1982, com o assassinato de dois trabalhadores pela polícia de intervenção (relatado por muitos entrevistados) marcam este período e a história do movimento sindical no Porto, não podendo ser esquecidos.

### **A luta mais decisiva pela defesa do regime democrático com impacto no distrito**

O 1.º de Maio de 1982 terá sido, depois do 1.º de Maio de 1974, a luta mais decisiva pela defesa do regime democrático com impacto no distrito, mas também com impacto nacional. [...] há ali toda uma actuação devidamente orquestrada, planeada, para subjugar o exercício das liberdades, não só sindicais, também cívicas, e se eles tivessem ganho aquilo que queriam, acredito que alguma coisa de grave se teria passado depois em termos de limitações à liberdade de manifestação, pelo menos essas, e naturalmente, as liberdades sindicais nas empresas teriam sido prejudicadas; acho que foi uma resposta poderosa, talvez a última resposta poderosa em termos do distrito do Porto, do movimento sindical às ameaças contra o regime democrático [...] e depois uma resposta tremenda no outro dia. Foi uma coisa muito importante.

[...] Na noite de 30 de Abril e no dia 1 de Maio de 1982, os trabalhadores e grande parte da população do Porto estiveram à altura das mais progressistas tradições de luta da história da cidade (Vítor Ranita).

A perspectiva de adesão à CEE colocou em cima da mesa a reestruturação de diversos sectores profissionais, uma vez que, com a liberalização do comércio, muitas das empresas portuguesas, dada a sua dimensão, estrutura e tecnologia utilizada, não estariam em condições de competir no mercado internacional. Situação com consequências dramáticas para muitos trabalhadores, em particular em sectores como os têxteis, vestuário e conservas, assistindo-se, no final dos anos 70 e nos anos 80, ao encerramento de grande número de empresas no distrito do Porto (como a Lionesa, Fil, Nacitex, Mondex, Cifa, Uniteca, só no sector têxtil, e a quase totalidade das empresas de conservas de Matosinhos), ao aumento do desemprego e a inúmeros casos de salários em atraso, dando origem a uma gravíssima situação social e a inúmeros dramas humanos, com a fome a entrar em força em milhares de famílias.

### **Quando eles deixaram de pagar salários**

Eu quero-te dizer que uma das coisas que mais me marcou foi ver na Ameal – quando eles deixaram de pagar o salário e passaram a servir sopa – uma das minhas colegas levar uma marmita para a fábrica, pedir que lhe pusessem a sopa dentro, ela não comer a sopa e levar a sopa para casa, para dar aos filhos (Palmira Peixoto).

A intervenção sindical assumiu diversas formas e desenvolveu-se em vários planos. Para além do trabalho dentro das próprias empresas, das reuniões e negociações com as administrações e com o Ministério do Trabalho, do apoio e acompanhamento jurídico aos trabalhadores, foram muitas as acções de solidariedade promovidas e que se materializaram, entre outros aspectos, na recolha e distribuição de dinheiro e de alimentos. Como referem diversos entrevistados, trabalhadores das empresas com salários em dia foram mobilizados e mobilizaram-se para apoiar, constituindo-se um importante movimento de solidariedade e de denúncia da gravidade do que se estava a passar.

### **E nesse dia as crianças comeram**

Naquela altura, fizeram-se aquelas grandes campanhas de solidariedade com as outras fábricas; na CIFA andou-se a distribuir alimentos, puseram-se os filhos dos trabalhadores, dentro do refeitório, onde iam comer os chefes, os patrões, os escritórios; pusemos lá os filhos todos, a ocupar as mesas todas, para comerem e nesse dia as crianças comeram (Palmira Peixoto).

As transformações sociais e políticas que desde então se têm continuado a verificar têm-se traduzido numa significativa degradação das condições de trabalho e dos níveis de exploração dos trabalhadores, na crescente desregulação das relações laborais, num aumento do trabalho precário e das situações de desemprego, na diminuição dos direitos dos trabalhadores.

Esta situação, acompanhada de uma ofensiva política e ideológica contra os direitos do trabalho, que se tem acentuado, dos discursos sobre a crise e do reforço da ideologia neoliberal que tende a ser interiorizada e reproduzida por muitos trabalhadores, como

referem diversos entrevistados, tem criado sérias dificuldades ao desenvolvimento de processos de luta e à capacidade de intervenção dos sindicatos, o que não significa que não continuem a ocorrer lutas nas empresas e acções de mobilização e de protesto mais gerais.

## Conclusão

Têm sido muitas as acções de luta em que os nossos interlocutores e milhares de outros trabalhadores do Porto se têm envolvido ao longo dos anos, em torno de objectivos diferenciados e assumindo formas e características diversas, cuja história está em grande medida por fazer. Muitas destas lutas realizaram-se e realizam-se ao nível dos locais de trabalho, em torno de reivindicações específicas, e muitas outras a um nível mais geral, em torno de problemas comuns a amplos sectores de trabalhadores. Sendo que um certo tipo de reivindicações tem sido semelhante em diferentes períodos sócio-históricos, outras há estreitamente associadas às condições políticas mais gerais que se vivem e que interferem nas relações laborais. Se antes do 25 de Abril muitas das acções de luta, mesmo que por objectivos específicos, não deixaram de estar associadas a processos mais amplos de luta contra o fascismo e pela liberdade, já no 25 de Abril as lutas travaram-se em torno da conquista de direitos, num momento em que muitos trabalhadores se assumiram como construtores activos de uma nova realidade política e social. No período seguinte, e até aos dias de hoje, num quadro de desregulação crescente das relações laborais e de menor mobilização dos trabalhadores, muitas das lutas desenvolvidas, seja directamente nas empresas ou em iniciativas mais globais, passaram a ser, fundamentalmente, contra a perda de direitos alcançados no 25 de Abril, até porque, como afirma Licínio Lima, não é “possível ignorar quanto o espírito do tempo se revela, a vários títulos, em oposição aos ideais de democratização e de emancipação social”, o que “não significa que esse tempo seja linear, constante e homogéneo e, sobretudo, imutável, não pontuado, como de facto é, por processos de resistência, de luta e de reivindicação política e social”<sup>1</sup>.

É esta perspectiva que nos é revelada pelas histórias de vida de muitos trabalhadores, histórias que nos ajudam a lembrar e reflectir sobre os processos de luta que ocorreram no Porto, ao longo do século XX, e que nos revelam a capacidade de resistir a adversidades e ao sofrimento, a vontade de sonhar e transformar a utopia em horizonte realizável pelo qual vale a pena lutar, dando novos sentidos à existência. A participação em acções de luta tem-se constituído para muitos trabalhadores, entre os quais se encontram aqueles cujas narrativas temos vindo a mobilizar, um espaço fundamental de aprendizagem dos seus direitos, de recusa da perda da sua dignidade enquanto trabalhador e enquanto ser humano, de reconhecimento de que não há um sentido único, inevitável e irreversível nos processos de mudança, aos quais as pessoas se têm “fatalmente” que adaptar, de afirmação da vontade de participar na construção de um outro mundo possível.

---

<sup>1</sup> Licínio Lima, “Cidadania e educação: adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia?”, *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 23, 2005, pp. 88-89.